

2019

IX Seminário Internacional sobre
Desenvolvimento regional

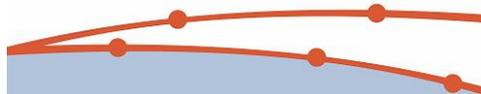
Processos, Políticas
e Transformações

Territoriais

Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

Dias: 11, 12 e 13 de setembro de 2019

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul



DES-TERRITORIALIZAÇÃO – UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/TO

Jailza Nascimento Tomaz Andrade

Thiago Sousa Silva

Moacir José Santos

RESUMO

A influência da cidade de Imperatriz/MA sobre a economia do município de São Miguel/TO, possibilita compreender como a centralidade pode extrapolar limites oficiais, com possível produção de sensação de sentimento de des-territorialização no município vizinho. O município de Imperatriz extrapola sua abrangência econômica para além da microrregião homônima. O objetivo da investigação é analisar a influência econômica exercida por Imperatriz sobre São Miguel, de maneira a verificar a superação dos limites oficiais em um processo denominado de des-territorialização. Para possibilitar o desenvolver deste estudo, foi utilizada como metodologia a pesquisa exploratória, por meio de uma abordagem qualitativa e documental, que serviu para o levantamento dos indicadores, com o objetivo de analisar a possível des-territorialização do município de São Miguel. O processo de dependência associa a trajetória de São Miguel as condições presentes em Imperatriz. Conclui-se que as relações econômicas e sociais entre os dois municípios implicam em uma proximidade que os integra, com a produção de uma territorialidade sobreposta à separação política e administrativa oficial.

Palavras-chave: Des-territorialização. Desenvolvimento Regional. Microrregião de Imperatriz.



INTRODUÇÃO

A cidade de Imperatriz/MA está localizada na microrregião homônima e, por uma série de atributos, exerce uma centralidade sobre as demais cidades no raio geográfico onde está inserida, tanto por sua posição privilegiada junto às rodovias, aeroporto e ferrovia, quanto pelo comércio, universidades, órgãos públicos e acesso a serviços médicos procurados pela população do entorno.

O limite geográfico estabelecido para o município não corresponde ao dinamismo econômico de Imperatriz, que extrapola as fronteiras entre os estados do Maranhão e do Tocantins, ao abranger outros municípios, como é o caso abordado neste estudo, São Miguel/TO, escolhido por ser o município de outro Estado que está geograficamente mais próximo à Imperatriz.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo analisar a influência econômica exercida por Imperatriz sobre São Miguel, de maneira a verificar a superação dos limites oficiais em um processo denominado de des-territorialização.

Sabe-se que o território é complexo e multidimensional, composto por diversos aspectos, como as várias formas de capital elencadas no capital territorial, a saber: capital produtivo, capital natural, capital humano e intelectual, capital econômico, capital social e capital institucional (DALLABRIDA, 2015Aa). Dallabrida (2015b) afirma que a governança de um território é requisito necessário ao planejamento e à gestão do território, tendo como parâmetro a colaboração e também a democracia.

Neste artigo, são analisados vários indicadores socioeconômicos de São Miguel, mas a limitação de estudo se dará no âmbito do capital econômico, ou seja, a influência exercida por Imperatriz sobre a economia do município vizinho, cuja separação se dá apenas por um rio, transposto por uma ponte ou por uma balsa.

O município tocantinense de São Miguel e seu distrito Bela Vista, ficam mais próximos de Imperatriz do que o município maranhense de João Lisboa, que é a cidade maranhense mais próxima.

Destarte, não há como impedir este processo de dependência e influência entre as duas cidades objetos deste estudo. Várias outras cidades, inclusive no Pará, são influenciadas pela centralidade exercida por Imperatriz, mas este estudo



se deterá tão somente a São Miguel, para exemplificar em como a centralidade de Imperatriz supera os limites oficiais e, neste caso, se esta dependência econômica influencia o processo de des-territorialização do município vizinho.

Para apresentar os resultados da pesquisa realizada, este artigo encontra-se assim dividido: na primeira seção será apresentado o método escolhido para possibilitar a pesquisa, na segunda seção, serão apresentados conceitos bibliográficos para esclarecer o entendimento sobre o tema, para, na terceira seção, trazer informações sobre a cidade de São Miguel, tais como serviços bancários, de educação, além de serviços de saúde, indústria e comércio. Com tais informações, será possível avançar para a quarta seção, onde os dados serão discutidos, possibilitando as considerações finais na seção seguinte, seguida de sugestão para um próximo estudo.

METODOLOGIA

Tendo como parâmetro o objetivo desta pesquisa decidiu-se por adotar o método de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, que se considerou ser o mais apropriado para o tipo de análise que se pretende fazer. Antes, porém, cabe contextualizar o tipo de pesquisa escolhido para um melhor entendimento a respeito.

Quanto aos fins, o tipo de investigação escolhido para a realização da pesquisa qualitativa enquadra-se como exploratória. Ela “é realizada em áreas na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa” (VERGARA, 2009, p.42).

No que diz respeito aos meios de investigação, optou-se pela pesquisa de campo com a observação dos municípios e comparação com os dados de bases secundárias. Para Vergara, a pesquisa de campo é “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação do participante ou não” (VERGARA, 2009, p.43).



Em relação aos procedimentos qualitativos, segundo Creswell (2007, p.184 e 188), eles “se baseiam em dados de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação”.

Diversos aspectos emergem durante um estudo qualitativo: as questões de pesquisa podem mudar e serem refinadas à medida que o pesquisador se envolve com os participantes, descobrindo o que perguntar. Esse processo permite ao pesquisador uma interpretação ampla conforme aprende um padrão geral de entendimento a respeito dos códigos surgidos nas entrevistas. Esse fenômeno diz respeito ao fato de que o pesquisador filtra os dados por meio de uma lente pessoal situada em determinado momento, enxergando os fenômenos de maneira holística. Nessa perspectiva, “os estudos de pesquisa qualitativa aparecem como visões amplas em vez de microanálises [...]. O pesquisador usa um raciocínio complexo, multifacetado, interativo e simultâneo” (CRESWELL, 2007, p. 186-187).

Na pesquisa bibliográfica estudou-se o tema des-territorialização, que foi analisado para o estabelecimento de referências necessárias para o tratamento dos dados resultantes da investigação, a exemplo das interpretações disponíveis no sítio do IBGE.

GLOBALIZAÇÃO E O PROCESSO DE DES-TERRITORIALIZAÇÃO

O processo da globalização consolida a integração do desenvolvimento econômico, tecnológico e das sociedades em escala mundial. Para Jara (1998), a globalização é um fator complexo e indivisível, que incorpora, além da dimensão econômica, as dimensões social, política, ambiental e cultural. Baseado nesse fator, as políticas de Estado convergem para esse processo mundial. Os efeitos da globalização são perceptíveis em diversas escalas territoriais, inclusive nas pequenas cidades, incorporadas a esse processo que reorganiza a dinâmica econômica e social em escala global.

Os efeitos da globalização sobre o território do município de São Miguel são mediados em função da sua relação com Imperatriz-MA. Nesse sentido, a função e as consequências do planejamento do desenvolvimento regional têm



como desafio enfrentar condições diversas em comparação ao impulso produzido com a Revolução Industrial. Sua emergência relaciona-se ao enfrentamento das alterações sociais e estruturais decorrentes da urbanização e consequente crescimento demográfico.

No Brasil as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo êxodo rural; até aquele momento o país era predominantemente rural. Tal êxodo está relacionado a vários desafios contemporâneos no Brasil como: infraestrutura, emprego, moradia, a violência e as mazelas nas cidades. Esses desafios foram acentuados nos anos de 1980 marcado com a crise econômica. Mas, os efeitos da urbanização e do protagonismo urbano superam a circunscrição metropolitana. As cidades de pequeno e médio porte passam a registrar uma maior presença no processo de urbanização e dos efeitos das relações estabelecidas com as metrópoles (MORAES, 2006).

Sob essa perspectiva Harvey (2004) discute os efeitos da urbanização e do planejamento como aspectos relacionados ao desenvolvimento geográfico, afirmando que “a concepção geral de desenvolvimento geográfico desigual envolve uma fusão de dois elementos: a mudança das escala e a produção de diferenças geográficas” (HARVEY, 2004, p. 112). Em sua linha de pensamento, Harvey (2004) afirma ainda que o ser humano erra ao se aprisionar em um pensamento escalonado, onde as diferenças são tratadas como uma linha de clivagem política.

No cenário brasileiro ocorrem constantes reformas relacionadas as diferentes estruturas administrativas, que muitas vezes desconsideram aspectos de identidade territorial. No intento de atenuar esta prática, a Constituição Federal dispõe um capítulo específico para a política urbana, que prevê uma série de instrumentos visando garantir a defesa da função social da cidade e da propriedade sob a perspectiva da democratização da gestão urbana (art. 182 e 183). A partir desta iniciativa derivou uma nova legislação complementar que determinou obrigatória a elaboração de Planos Diretores para as cidades que contassem com mais de 20.000 habitantes. Essa legislação passa a ser assegurada pelo projeto de Lei nº 5788/90 que deu origem a Lei nº 10.257, aprovada em julho de 2001 e entrando em vigência a partir de 10 de outubro de 2001 passando a se chamar Estatuto da Cidade.



Ademais, com o aumento da população urbana constituíram-se alguns problemas bem conhecidos pelo setor administrativo e especulativo das cidades como: áreas mais valorizadas e ao mesmo tempo utilizadas pelo poder que rege as cidades, obrigando a população mais pobre a se instalarem em áreas periféricas aumentando os problemas sociais, e o plano diretor vem com o objetivo de diminuir essas diferenças. Apesar da deficiência na aplicação, tal determinação acabou por estabelecer finalidades e critérios que devem ser abordados e seguidos (XAVIER, 2005).

Porém, a compreensão da dinâmica urbana implica na compreensão da sua inserção no território. Faz-se necessário identificar o que venha a ser território para então tratar sobre des-territorialização. Segundo Haesbaert (2004), podemos definir território sobre três vertentes ou aspectos de análise, quais sejam: a visão jurídico-política que é o espaço delimitado e controlado pelo poder político do Estado, a visão cultural que resulta da apropriação / valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço e a visão econômica, que é a dimensão espacial das relações econômicas, classes sociais e relação capital-trabalho.

Afirma Haesbaert (2004) que dependendo do que se define ser um território, há que se mudar também o conceito de des-territorialização, pois “[...] “para uns, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, des-territorialização está ligada à hibridização cultural”, (HAESBAERT, 2004, p.35), sendo que isto pode impedir que se reconheçam o território como território simbólico, ou um espaço onde as identidades podem ser construídas.

Tal diferença é necessária devido ao fato de o conceito ser muito amplo e também às diversas possibilidades de definições advindas de outras áreas do conhecimento, como a própria Geografia, a Ciência Política, a Economia, a Sociologia e a Psicologia.

Outra perspectiva para o entendimento da des-territorialização vem dos desafios à territorialização do Estado-Nação, em que a ideia do poder fica enfraquecida pelas demais relações existentes com outros territórios como a livre circulação de capital, bens, pessoas. Destarte, a redução dos mecanismos de



controle estatal tem como consequência o a fragilização da presença do Estado no território.

Haesbaert (2004) afirma ainda que não há como existir um processo de des-territorialização sem pensar no processo de re-territorialização. Não há des-territorialização sem que haja uma re-territorialização. Ao se aplicar tal ideia para o contexto do município de São Miguel-TO, permanece a dúvida se o processo de re-territorialização existe, pois eles não precisam sair de suas moradias, de seu lugar, ficando no processo de ir e vir entre os dois municípios, caracterizando mais como uma possibilidade de sentimento de “não lugar”, pois é possível que não se sintam nem de Imperatriz e nem de São Miguel.

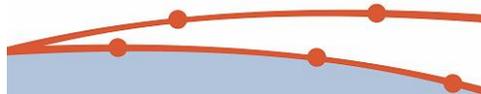
A dominação da cidade de Imperatriz sobre o município de São Miguel leva a Lefebvre (1986). Para o autor a apropriação deveria prevalecer sobre a dominação, mas o capitalismo fez com que a dominação sobrepujasse a apropriação, cuja consequência é a transformação do espaço em mercadoria. É certo que Lefebvre (1986) se refere ao espaço e não propriamente a território, mas não é difícil perceber que não se trata de um espaço no sentido genérico da palavra, mas sim de um espaço que foi construído socialmente pelas pessoas.

Desta forma, recorresse a outro termo presente nos estudos de Haesbaerth (2004), a multiterritorialidade. Esse conceito implica em reconhecer a importância do espaço e do território em uma dinâmica que pode transformar não apenas os lugares, mas também as pessoas, a sociedade. Tal fato deve ser considerado entre os dois municípios objetos desse estudo, onde a des-territorialização avança geograficamente e psicologicamente, mas ainda não é fato de consideração das políticas públicas.

Contemporaneamente, para a governança que pretende trabalhar a globalização e os seus desdobramentos. Haesbaerth (2004) conclui afirmando que essa linha de pensamento é a única saída para a construção de uma nova sociedade, com a perspectiva da promoção da igualdade.

SÃO MIGUEL DO TOCANTINS – TO

Os municípios de São Miguel e Imperatriz estão localizados às margens do Rio Tocantins, um em frente ao outro. A primeira diferença entre eles é que



São Miguel fica no Estado do Tocantins e Imperatriz, no Estado do Maranhão. Mas as diferenças não se limitam a isto, fato que será evidenciado ao longo deste trabalho.

Conforme demonstrado no sítio do IBGE (2010), Imperatriz existe há 168 anos e São Miguel, foi instalada apenas em 1993, portanto há 25 anos, quando foi desmembrado de Itaguatins - TO. Informações do IBGE (2010) dão conta de que 10.481 pessoas residem em São Miguel, enquanto que em Imperatriz são quase 250.000 habitantes. Dados socioeconômicos e históricos são apresentados na Tabela 1, possibilitando um comparativo entre os dois municípios.

Tabela 1: comparativo entre São Miguel/TO x Imperatriz/MA

DADOS IBGE 2010	SÃO MIGUEL / BELA VISTA	IMPERATRIZ
Área	404,7 km ²	1.369.02 km ²
IDHM 2010	0,623	0,731
Faixa do IDHM	Médio	Alto
População	10.481	247.505
Densidade demográfica	25,92 hab/km ²	180,82 hab/km ²
Ano de instalação	1993	1856
Microrregião	Bico do Papagaio	Imperatriz
Mesorregião	Ocidental do Tocantins	Oeste Maranhense

Fonte: IBGE, 2010, elaboração própria.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Brasileiro (2013), São Miguel evoluiu seu IDHM de 0,240 em 1991 para 0,420 no ano 2000 e 0,623 em 2010, ocupando um lugar entre os municípios com IDHM médio. Embora com tendência positiva, ainda encontra-se abaixo do IDHM do Estado do Tocantins e do Brasil, que são de 0,699 e 0,727 respectivamente.

Importante destacar que o IDHM de Imperatriz, na casa de 0,731 em 2010, é superior ao IDH apresentado pelo Estado do Tocantins e também da média brasileira, demonstrando o descompasso entre os dois lugares (IBGE, 2010).

A renda *per capita* de São Miguel aumentou de R\$ 109,19 para R\$ 109,31 em 2000, mas só teve crescimento considerável em 2010, quando passou para R\$ 298,31, sendo que este crescimento pode ter sido impulsionado tanto pelo acesso aos programas sociais do governo, quanto pelos benefícios de industrialização e consequentes oportunidades de emprego em Imperatriz.

Quanto às facilidades, a cidade de São Miguel não dispõe de agências bancárias, exceto por um posto de atendimento, com um caixa eletrônico. Portanto, qualquer necessidade maior de serviço bancário, demanda ida à Imperatriz.

De igual modo, o município não dispõe de hospital e as pessoas são atendidas em 03 UBS – Unidade Básica de Saúde, distribuídas entre a sede e a zona rural. Os casos mais graves deveriam ser encaminhados para Augustinópolis/TO, que é a cidade tocantinense mais próxima, referenciada para os atendimentos de saúde desta região do Tocantins, mas é comum que os pacientes sejam levados para Imperatriz, pois os hospitais dispõem de melhores condições e bem mais próxima do que Augustinópolis.

Segundo o DATASUS (2018), no período de 2013 a 2015, o Hospital Municipal de Imperatriz – HMI - dispendeu R\$ 319.274,44 com o município de São Miguel/TO. Uma prática comum é que moradores de outras localidades se apresentem com endereço de Imperatriz no cartão do SUS – Sistema Único de Saúde - para possibilitar o atendimento.

Ressalva-se aqui a possibilidade de que o valor citado seja muito maior, pois quando o endereço apresentado pelo paciente é do município, o valor não entra na contabilidade de atendimento externo. Além disso, como São Miguel não está na área referenciada pelo HMI, o município de Imperatriz não recebe o repasse pelos atendimentos realizados.

A população do Município de São Miguel possui expressiva concentração na zona rural, pois o distrito de Bela Vista, que é zona rural, está ainda mais próximo à Imperatriz e, com isto, a tendência é que as pessoas prefiram morar no distrito para reduzir o tempo de deslocamento entre os dois Estados, conforme tabela 02 a seguir:

Tabela 02: Distribuição da População de São Miguel – TO

ANO	POP. URBANA	%	POP. RURAL	%
2000	1.910	22,51%	6.576	77,49%
2010	2.547	24,30%	7.934	75,70%

Fonte: Atlas Brasil, 2013, elaboração própria.

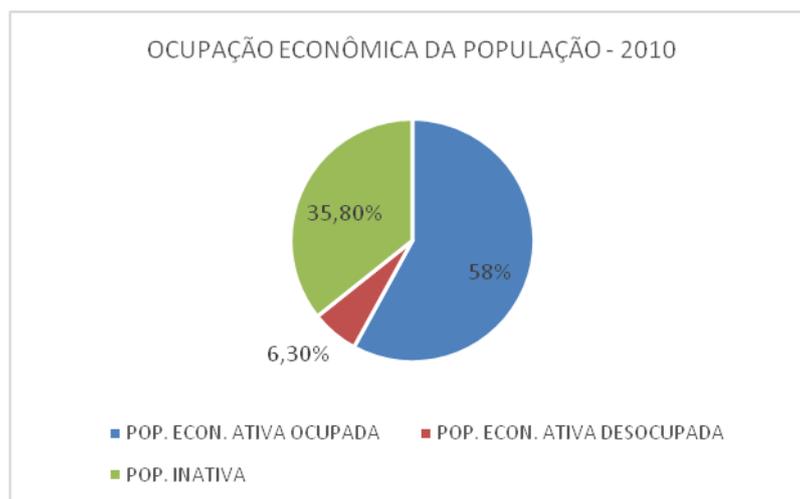
Quanto aos dados referentes ao ensino escolar, ainda conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), 95% das crianças entre 5 a 6 anos estão matriculadas nas escolas, mas apenas 26,57% dos jovens entre 18 a 20 anos, apresentam-se com o ensino médio completo.

O município não dispõe de nenhuma oferta de ensino superior, nem mesmo particular, pois o município não possui demanda para isso e quem se interessa pelo ensino superior ou técnico profissionalizante, procura as instituições, faculdades e universidades de Imperatriz, embora não tenham nenhum incentivo para isso, nem mesmo subsídio para transporte que seja oferecido pelo poder público.

Os resultados refletem no índice da população pobre e extremamente pobre, que juntas, somavam 55,36% da população de acordo com o IBGE (2010). Com um comércio enfraquecido, o município não atrai investimentos, direcionados para Imperatriz e até mesmo a população local prefere comprar na cidade vizinha em razão das alternativas disponíveis, o que limita o comércio local.

Analisando dados disponibilizados pelo IBGE (2010), constata-se a ocupação dos residentes em São Miguel, conforme informações do Gráfico 1:

Gráfico 1: Ocupação econômica da população de São Miguel – TO



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria.

Este gráfico demonstra que 42% da população dependia em 2010, de aposentadorias e programas sociais do governo, ou encontravam-se



desempregadas, deixando para um pouco mais da metade da população, a geração de renda municipal.

Em relação à população economicamente ativa 32,42% trabalhavam no setor agropecuário, 4,42% na indústria, 11,57% no setor de construção, 0,99% nos setores de utilidade pública, 14,34% no comércio e 35,94% no setor de serviços (IBGE, 2010).

Recentemente, em 2015, uma imobiliária lançou um loteamento em São Miguel, com o apelo de melhor qualidade de vida próximo ao grande centro, mas em lugar acessível e tranquilo. Este residencial localiza-se próximo à ponte que separa os dois Estados, ou seja, adquire-se um lote pela propaganda de se inserir no município de Imperatriz, mas na realidade situa-se no Estado do Tocantins.

DISCUSSÃO

Haesbaert (2004) observa que no final do século XX afirmava-se a perspectiva de um novo período histórico delineado com a redução das divergências relacionadas ao fim da história, do socialismo, o fim da modernidade com seus elementos como o trabalho, as classes sociais e o Estado-Nação. Incluem-se nesse campo aqueles que pregavam o fim da geografia, confundindo o espaço físico com a terminologia da palavra, tendo como parâmetro as mudanças tecnológicas nos transportes e na comunicação.

Tais mudanças ocorridas pelo encurtamento dos laços econômicos, sociais, culturais, físicos e políticos, ficou caracterizado como des-territorialização, foi objeto de várias obras, escritas por Haesbaert, entre elas “o mito da des-territorialização”. A crítica gira em torno da confusão empregada por muitos entre espaço geográfico e território, como se fossem a mesma coisa. Seguindo essa linha, buscou-se nesse estudo a identificação do município de São Miguel – TO com tais conceitos, uma vez que a proximidade com Imperatriz – MA, dá a sensação de que são o mesmo território, a mesma área, cultura e economia, diferindo apenas, muitas vezes, na gestão política, no exercício do poder.

Observa-se que São Miguel possui um espaço controlado pelo poder político. Como todo lugar, possui sua cultura, mesmo que incipiente, e igualmente possui uma gestão orçamentária, econômica e relação de capital e trabalho.



Portanto, considerando o conceito de território descrito anteriormente São Miguel é um território. A noção de território vai muito além daquela definida geograficamente. Deste modo, não se pode observar os aspectos territoriais separadamente, porque seus elementos interagem entre si. Por esta razão uma divisão de dimensões territoriais não possui significado isolado e estanque, pelo contrário, relacionam-se entre si e complementam-se.

Haesbart (2004) afirma que “o território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem.” (HAESBART, 2004, *et al* p. 42). Sob tal pensamento, Haesbart acredita que esta é uma forma de apropriação deste espaço, mesmo que se apresente como disciplinarização dos indivíduos.

São Miguel e Imperatriz não possuem limitações para cercear uma livre circulação de pessoas e bens, exceto por questões administrativas locais como saúde e educação. Essas mudanças radicais da sociedade globalizada associa a des-re-territorialização e o território a novas escalas e as consequências derivadas dessa redefinição dos usos do espaço. Ao analisar dados referentes a diversos setores e atividades no município de São Miguel, averigua-se a existência de uma real dependência de Imperatriz, o que se revela à especulação informal. Estes dados cobrem segmentos de relevância, como ocupação trabalhista, serviços de saúde e formação escolar.

São Miguel, como um município de fundação ainda recente, encontra dificuldades para atração de investimentos, já que, por estar próximo a Imperatriz, uma cidade que possui todos os recursos de uma centralidade de região, atrai para si os interesses dos investidores. Mesmo com a evolução do seu IDHM, São Miguel ainda encontra-se abaixo do IDHM médio do Estado do Tocantins e ainda vive problemas básicos como falta de acesso à serviços de saúde, pois ao se deslocarem para serem atendidos em Imperatriz, os habitantes são-miguelenses vivem uma situação de usar o que, pelas regras atuais, não teriam direito, já que o município e o Estado não repassam ao município de Imperatriz os gastos com a saúde.

O investimento em educação ainda é pequeno e a pouca escolaridade dos jovens tende a direcioná-los para empregos com menor salário. Qualquer intenção



de cursar ensino superior é direcionada à Imperatriz. Para a população local, comprar em Imperatriz torna-se programa de família, principalmente nos finais de semana, quando se deslocam para os shoppings de Imperatriz, onde têm acesso às lojas de departamento, cinemas e outras oportunidades de lazer e socialização.

Percebe-se uma forte proximidade entre os dois municípios, em todos os aspectos, exceto pelo aspecto político. Existe dependência de São Miguel em relação à Imperatriz, mas não existe dependência de Imperatriz em relação a São Miguel. Como, por exemplo, indica o lançamento de um loteamento residencial em São Miguel, a estratégia é levar os imperatrizenses para morar lá, oferecendo tranquilidade como uma maneira de melhor povoar o lugar e também dar ao morador a “sensação” de morar em Imperatriz, mesmo que na realidade, seja em outro Estado.

A des-territorialização é sentida e visualizada, até mesmo fisicamente, pois já não há divisão geográfica na prática e ambas as cidades, fazem parte do mesmo território, mesmo que com governança política diferente, considerando a legislação brasileira. Preocupa o fato de São Miguel se desenvolver sem essa sensação de pertencimento, pois a ligação com Imperatriz pode acentuar a condição de “não-lugar” conforme abordado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, diante dos fatos apresentados foi percebida a dependência econômica e social de São Miguel em relação ao município de Imperatriz, a segunda maior economia do Estado do Maranhão. São Miguel encontra-se com sua economia relativamente estagnada, sem condições de atrair investimentos para seu território, pois não dispõe de infraestrutura favorável aos investidores (IBGE, 2010).

A falta de serviços básicos, automaticamente impulsiona a população a buscar, o mais próximo possível, o que falta em seus domínios. A cidade tocantinense mais desenvolvida, mais próxima de São Miguel, é Araguatins, mas mesmo assim, fica a 102 quilômetros de distância, enquanto que, para ir à Imperatriz, basta fazer a travessia do rio pela ponte ou pela balsa, que já aporta no centro da cidade. Lins (2006), ao estudar regulação local, faz uso de termo



governança, indicando a presença de atores sociais e arranjos institucionais de um território, como necessários à coordenação de regras para determinar as relações com os demais territórios, enquanto que Dallabrida (2007) utiliza o termo governança territorial para se referir a assuntos em que a sociedade organizada seja capaz de gerir assuntos públicos, envolvendo-se nas questões sociais, econômicas e institucionais.

Percebe-se que a distância de grandes cidades no Tocantins pode ser um fator que favoreça a dependência em relação à Imperatriz. Aqui, é possível observar as consequências da dinâmica econômica sobre o território apresentado por Harvey (2004), pois o desenvolvimento geográfico desigual envolve tanto mudança das escalas mas também a produção de diferenças geográficas.

Desta forma, a falta de oportunidades e de infraestrutura em São Miguel, desloca as pessoas para Imperatriz em um processo observado como natural para os municípios, pois nunca puderam experimentar de outro tipo de governança.

Conforme pode ser observado, seria necessário não apenas conhecer, mas agir na superação de tais desafios, buscando experiências bem sucedidas de outras localidades, com o objetivo de buscar a re-territorialização ou a visão de território múltiplo, onde o desenvolvimento dos municípios envolvidos seja visto como objetivo de todos, afetados e afetantes, para que a solução também beneficie a todos. Assim, a articulação interescalar entre municípios e, nesse caso, entre Estados, possibilitaria benefícios à população, que possa ir além das fronteiras geográficas.

REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Brasileiro, disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 14 out.2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988, Senado Federal (Mesa Biênio – 1999/2000). Disponível em: <[www.presidência.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)>. Acesso em: 14 out.2018

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007



DALLABRIDA, Valdir Roque. **A gestão territorial através do diálogo e da participação.** In: Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (20). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24520.htm>. Acesso em 15 out.2018

_____. **Territory Planning and Management: the Theory Debate in Brazil and a Prospect of Practice According to Theoretical Contributions on Territorial Governance,** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, São Paulo, Edição especial, dezembro/2015a.

_____. **Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática.** Análise Social, v. L(2º), n. 215, p. 304-328, 2015b (Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_a04.pdf), acesso em 14 out.2018.

GUIMARÃES, Pedro Paulino. **Configuração Urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização.** São Paulo: Prolivros, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da des-territorialização - Territórios, cultura e des-territorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2010. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>, acesso em 18 set.2018

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção.** Recife, Seplan, 1988.

LEFEBVRE, H. 1986 (1974). **La Production de l'Espace.** Paris: Anthropos.

LINS, H. N. **Regulação local: problemática e ensaio de observação.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 153-178, maio 2006.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas.** 2. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

Ministério da Saúde, disponível em <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>, acesso em 30 out.2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

XAVIER, Hélia Nacif (org). **Desafios da nova política urbana.** Rio de Janeiro: IBAM, 2005.